



Anais da Assembleia

Nº 020

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix (39). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Albino Corazza, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, José Alves, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Orlando Pessuti e Toti Colaço (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 05/92

Curitiba, 12 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de dação em pagamento, a

fim de que, o Estado do Paraná aceite como quitação da dívida ativa nº 1742647-4 e dos Autos de Infração nº 3698068-8 e 3608069-6, da empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S/A, inscrita no CAD - ICMS sob nº 107.00981-V, os imóveis sítos a rua Ap - 41 - Cidade Industrial de Curitiba, objetos das matrículas nº 9420 e 23729, ambas da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembleia Legislativa, atende aos superiores interesses do Estado, eis que ensejará condições de quitação de débito para com a Fazenda Estadual, por via de dação em pagamento, considerada conveniente ao Erário, consoante manifestações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado.

Salienta-se que o valor dos imóveis objetos da dação em pagamento pela empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S/A foi atribuído através de laudo de avaliação, pelo DECON - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO, datado de 11 de Setembro de 1991 e atualizado por laudo do Setor de Avaliação e Perícia da Procuradoria Geral do Estado, em 20 de dezembro de 1991, sendo ambos órgãos oficiais do Estado.

Finalmente, junta-se ao presente, cópia do inteiro teor do Parecer nº 408/91, de 20 de dezembro de 1991, exarado sobre o assunto, pela Procuradoria Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando, como quitação da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos Autos de Infração nºs 3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S/A, os imóveis constituídos pelas áreas referidas nas matrículas nºs 9420 e 23729, ambas da 6ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, aquela com área total de 2.000,31 m² e esta com 1.996,93 m², num total de 3.997,24 m², sítio a rua AP - 41 - Cidade Industrial de Curitiba - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Protocolo nº 3.215/91

Assunto: Dação em pagamento

Interessados: LABRA Indústria

Brasileira de Lápis S/A e LABRA Plásticos S/A.

Parecer nº 408/91-PGE

EMENTA: DAÇÃO EM PAGAMENTO - NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO LEGAL - ex-via do disposto no art. 53, inciso XIV da Constituição Estadual. Autorização também do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral de acionistas da empresa proprietária do bem.

Senhor Chefe:

Trata o presente protocolado, de requerimento formulado pela LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A e LABRA Plásticos S/A, oferecendo o imóvel devidamente descrito nos autos, como dação em pagamento de dívida ativa junto à Fazenda Estadual.

Embora já exista concordância do Sr. Governador do Estado ao requerido, há que ser cumprido o art. 53, inciso XIV, da Constituição Estadual, que exige autorização legal para que se efetive a aquisição do imóvel, pelo Estado, através da dação em pagamento aqui proposta pela LABRA.

Art. 153 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente.

.....
XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado.

Dessa forma, elaborou-se minuta de anteprojeto de lei, bem como, de mensagem que o Sr. Governador, se assim julgar devido, poderá enviar à Assembléia Legislativa.

Atente-se que o móvel que a empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A pretende dar em dação de pagamento, pertence à empresa LABRA Plásticos S/A.

Assim, faz-se necessário autorização do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral dos Acionistas da LABRA Plásticos, nos termos do art. 142, inc. VIII, da Lei nº 6404, de 15.12.79, que trata das sociedades anônimas, verbis:

Art. 142 - Compete ao Conselho de Administração:

...
VIII - Autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de

ônus reais e a prestação de garantias e obrigações de terceiros.

Na escritura pública de dação em pagamento a ser firmada, a LABRA Plásticos será transmitente do imóvel e a LABRA Lápis será anuente. Nela, deverão constar claramente quais as dívidas que ficam quitadas.

Por outro lado, dentre tantas dívidas ativas que a LABRA Lápis tem com a Fazenda Estadual, optou-se pela quitação da C.B.A. nº 174.2647-4 e dos Autos de Infração nºs 3698068-8 e 3698069-6, em razão do valor das mesmas, que totalizam 203.408.183,58 (Duzentos e três milhões, quatrocentos e oito mil, cento e oitenta e três cruzeiros e cinquenta e oito centavos) por ser o mais aproximado do valor do imóvel oferecido, que no mês de setembro pp. foi avaliado por 103.064.215,71 (cento e três milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e quinze cruzeiros e setenta e um centavos) pelo DECOM - Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção, e no corrente mês, foi avaliado por 203.599.541,00 (duzentos e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros), pelo Setor de Avaliação e Perícia dessa Procuradoria Geral do Estado. Cumpre ressaltar que esta última avaliação foi procedida em razão da necessidade de se atualizar o valor do imóvel em questão, já que as dívidas a serem quitadas, igualmente encontram-se atualizadas.

O Sr. Secretário da Fazenda deverá ser cientificado de que os valores dos débitos a serem quitados pela dação, bem como o valor do imóvel, deverão permanecer como se encontram no mês corrente, para se evitar a perpetuação de avaliações e atualizações periódicas, dado o problema inflacionário brasileiro.

Diante do exposto, e tendo em vista a aquiescência do Sr. Governador ao pedido formulado neste protocolado, apresenta-se em anexo a minuta de anteprojeto de lei, bem como de Mensagem que o Sr. Governador, se assim julgar devido, poderá enviar à Assembléia Legislativa.

E o parecer.

S.M.J.

Procuradoria Fiscal, em 20.12.91.

(a) MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS
Procuradora do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Aprovo o Parecer nº 408/91-PGE.

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.

(a) CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO
Procurador Geral do Estado

MENSAGEM Nº 09/92

Curitiba, 19 de fevereiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção da flora e fauna do Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, que aplicará as sanções decorrentes de infrações, conforme específica.

O Plano de Lei ora proposto respalda-se nos preceitos contidos no art. 23, inciso VII, da Magna Carta Federal e no art. 12, inciso VII, da Constituição Estadual e significa um importante passo no sentido da efetiva proteção da flora e da fauna em nosso Estado, eis que, consubstanciando um eficiente sistema fiscalizatório, que contará com a atual estrutura orgânica do ITCF e ao mesmo tempo estabelecendo sanções pelas infrações que ocorrerem, virá, sem qualquer sombra de dúvida, ensejar grande e sensível melhoria no que se refere à situação dos recursos ambientais, isto, obviamente, com vistas ao bem-estar da Coletividade. Se tal medida deixar de ser tomada com a devida urgência, correr-se-á o risco da total destruição das poucas florestas que ainda restam no território paranaense, com desastrosos efeitos não só pela conseqüente poluição ambiental, mas também pela completa extinção do que ainda resta de nossa fauna e flora.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção da flora e fauna no Estado do Paraná é de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, que aplicará as sanções decorrentes de infração administrativa ambiental, sem prejuízo da penalização por ilícitos penais e civis.

Art. 2º - As penalidades pecuniárias serão impostas mediante lavratura de auto de infração ambiental, com prazo de 15 (quinze) dias para pagamento ou oferecimento de defesa administrativa.

§ 1º - Da decisão administrativa caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias ao Secretário de Estado a que estiver vinculado o órgão ambiental.

§ 2º - Após o julgamento definitivo da infração a multa deverá ser paga no prazo de 5 dias, aplicada a TRD - Taxa Referen-

cial Diária.

§ 3º - Não havendo pagamento até o 30º dia após o julgamento definitivo, o débito será inscrito em dívida ativa pelo valor apurado com a aplicação do parágrafo anterior.

§ 4º - O débito inscrito em dívida ativa será corrigido, processado e executado conforme as normas da fazenda Pública Estadual.

Art. 3º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator se obriga à adoção de medidas específicas para cessar, corrigir e reparar os danos causados, a critério do órgão ambiental estadual.

Parágrafo Único - Comprovado o cumprimento das obrigações assumidas pelo infrator, o órgão ambiental poderá reduzir até 90% o valor da infração.

Art. 4º - O órgão ambiental poderá delegar o exercício parcial da atividade fiscalizatória a outros órgãos do Estado ou a órgãos municipais, competindo-lhe a regulamentação desta lei naquilo que for necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 013/92

Curitiba, 18 de março de 1992.

Senhor Presidente.

De conformidade com o disposto no art. 53, incisos VIII e X, combinado com o art. 66, incisos I e IV, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, assim como sobre a extinção da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF e, ainda, visando à adoção de outras providências ligadas ao assunto.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo primeiro, que entre os princípios e objetivos do Estado do Paraná está a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da população.

Para o cumprimento deste comando constitucional, portanto, é imprescindível que as políticas públicas levem em conta, a cada momento e cada passo, este princípio; de tal forma que não haja descuido na busca do desenvolvimento em prejuízo do meio ambiente ou da qualidade de vida dos cidadãos.

A elaboração e o acompanhamento das políticas públicas são tarefas para os órgãos superiores da Administração, as

Secretarias de Estado dirigidas pelo Governador.

Daí a necessidade de existência de uma Secretaria voltada principal, senão exclusivamente, para o meio ambiente. Assim sendo, em todas as discussões gerais de elaboração e acompanhamento das políticas do Estado estará presente um Secretário com a preponderante preocupação de cuidar e proteger o meio ambiente. Esta a razão para o envio deste anteprojeto de lei criando a Secretaria Estadual Ordinária de Meio Ambiente.

Necessário de faz, ao tempo em que cria-se uma Secretaria Estadual de Meio Ambiente, unificar os diversos órgãos que tratam da questão ambiental, protegendo, fiscalizando, conservando ou recuperando.

No Estado, dois principais trabalhavam com o tema, a SUREHMA e o ITCF, o anteprojeto cria um novo órgão, o IAP, Instituto Ambiental do Paraná, uma autarquia resultante não apenas da soma das atribuições da SUREHMA e ITCF, mas da necessidade contemporânea da nova e grave função do Estado em proteger o meio ambiente e defendê-lo de quantas agressões sofra.

A concepção que preside este anteprojeto é de uma Secretaria Ordinária, capaz de ter autoridade e presença no Estado no momento das definições de políticas públicas, e ao mesmo tempo, um órgão ágil e eficiente na fiscalização, proteção e recuperação do meio ambiente.

Por isto se concebeu que o Secretário de Estado será ao mesmo tempo o Presidente da autarquia e esta funcionará dentro de uma estrutura matricial.

Na certeza de estar dotando o Estado do Paraná de um organismo apto e eficaz para a proteção e defesa do ambiente, espero a costumeira presteza e elevada consciência da Casa presidida por Vossa Excelência, conceda a aprovação.

Ao ensejo, reitero os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA
Governador do Estado
em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente- SEMA, com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente e agrária do Estado.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente passa, com a denominação alterada para Conselho Estadual do Meio Ambiente, a integrar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 3º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente compreende:

I - Secretário de Estado;

II- Diretor-Geral.

Art. 4º - Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, um cargo de Secretário; 1 (um) cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1; 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5 e 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete símbolo DAS- 5, todos de provimento em comissão.

Art. 5º - Fica criado o Instituto Ambiental do Paraná- IAP, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 6º - São objetivos do IAP:

I - propor, coordenar, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente, agrária e fundiária do Estado;

II - fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo, para tanto, o poder de polícia administrativa, controle e fiscalização.

III - conceder licenciamento ambiental para instalação, funcionamento e ampliação de atividades, obras e serviços;

IV - licenciar empreendimentos florestais e autorizar desmates;

V - estudar e propor normas, padrões e especificações de interesse para a proteção da qualidade ambiental;

VI - analisar e aprovar relatórios de impacto ambiental e de risco;

VII - elaborar, executar e controlar planos e programas de proteção e preservação da biodiversidade, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais.

VIII - organizar e promover a administração do sistema estadual de unidades de conservação, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio, participar da administração de parques e reservas de domínio dos municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, hortos e arborização urbana;

IX - fiscalizar, orientar e controlar a recuperação de áreas degradadas por atividades econômicas de qualquer natureza;

X - promover a educação ambiental;

XI - outorgar concessões, autorizações e permissões para derivação e uso de águas de domínio estadual;

XII - organizar e manter o cadastro técnico rural do Estado e sua estatística imobiliária;

XIII - planejar, coordenar e executar as atividades de aerolevanteamento e de sensoriamento remoto, de levantamentos topográficos, de densificação do apoio geo-

dêsico, de conservação da rede geodésica estadual e de mapeamento sistemático, temático e espacial;

XIV - executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, regularização fundiária e cartografia do Estado;

XV - elaborar planos e programas para implantação da reforma agrária no Estado;

XVI - promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial de modo a garantir a função social da terra, a proteção dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade.

XVII - controlar, fiscalizar e inspecionar o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins visando o controle dos resíduos tóxicos no meio ambiente;

XVIII - cadastrar os produtos químicos comerciais para uso na agropecuária, silvicultura e pesca;

XIX - executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente, degradadas e de unidades de conservação diretamente ou através de convênios e consórcios;

XX - promover a execução, coordenação e controle do sistema de informações ambientais;

Art. 7º - No cumprimento de seus objetivos o IAP poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, estrangeiros ou internacionais;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - cobrar emolumentos, taxas, preços e multas decorrentes de suas atribuições;

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial.

Art. 8º - O Patrimônio do IAP será constituído de:

I - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado, e dos que venha a adquirir;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 9º - Constituem receitas do IAP:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado ou da União ou dos Municípios;

II - auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de

direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - rendas patrimoniais, operações financeiras e juros;

V - saldos de exercícios encerrados;

VI - remuneração por serviços prestados e administração de fundos e verbas que lhe sejam destinados legalmente;

VII - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 10 - O IAP administrará o Fundo Estadual do Meio Ambiente e o Fundo de Terras.

Art. 11 - O Instituto Ambiental do Paraná será administrado por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria.

§ 1º - O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros.

§ 2º - A composição, as atribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no regulamento do Instituto Ambiental do Paraná- IAP.

§ 3º - A Diretoria será constituída de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e quatro Diretores de área ou programa.

§ 4º - O Diretor-Presidente será o Secretário Estadual do Meio Ambiente, o Diretor Administrativo-Financeiro será o Diretor-Geral da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Art. 12 - Ficam criados no Instituto Ambiental do Paraná, 4 (quatro) cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente lei, baixará decreto dispondo sobre as atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições necessárias ao funcionamento do IAP.

Art. 14 - Ficam extintos a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento do seu pessoal, patrimônio, orçamento, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Art. 15 - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor-Superintendente da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, símbolo DAS-1;

II - um cargo de Diretor-Presidente do

Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-1.

III - 3 (três) cargos de Diretor do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-3;

IV - um cargo de Chefe da Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente, símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Art.16 - Fica transformada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, ficando excluídas do art.29 da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, as atividades referentes a "o combate à poluição ambiental, nas suas diversas formas".

Art.17 - No art.27, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, fica excluída a atividade referente à "administração dos parques florestais do Estado" e "concepção e controle da política estadual de colonização" e incluída a atividade de "participação na execução de fomento e extensão florestal para o Estado, observados seus aspectos sócio-econômicos e ecológicos".

Art.18 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta Lei.

Art.19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 14/92

Curitiba, 20.03.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7.837, de 21.05.84, parte do imóvel de propriedade do Estado, situado no Bairro do Portão, nesta Capital, com área de 1.080,00m², conforme transcrição nº 15.713, livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba.

Cabe ressaltar que, conforme informação da Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio, o referido imóvel vem sendo ocupado pela Associação acima citada desde a década de 1980, sob a forma de cessão em comodato, a qual vem mantendo ali atividades de caráter estritamente social.

Outro aspecto a ser considerado com relação ao anteprojeto é o que se refere

ao prazo de duração da cessão, que vigorará até 31.12.94, prorrogável por quatro anos, mediante consenso entre as partes, ficando o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação da área cedida, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem futuro ressarcimento, não podendo ser a mesma, ainda, utilizada para outras finalidades, nem transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o devido apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado,
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1º - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado em Curitiba, objeto de parte da Transcrição nº 15.713 do Livro 3-E do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, com as seguintes características: 30,00m de frente para a rua Dalila Rolin Vargas, por 30,00m da frente aos fundos do lado direito para quem da mencionada rua olha para o terreno, onde confronta com terras remanescentes do Estado, por 41,40m do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, também confrontando com terras remanescentes do Estado, por 30,50m da linha dos fundos, onde confronta com o lote nº 01 da quadra 67, perfazendo uma área total de 1.080,00m².

Art.2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei será utilizado exclusivamente na manutenção do Centro Comunitário existente sobre a área, vigorando tal cessão até 31.12.94, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda a Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a futuro ressarcimento.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob os n°s DTL/SAT/23 e 24/92, do Senhor Mário Pereira, Governador do Estado em Exercício, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei n°s 267/91 e 099/91, por julgá-los contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/25, 28, 29, 30, 31 e 36/92, do Senhor Mário Pereira, Governador do Estado em Exercício, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei n°s 271/86, 016/92, 309/91, 024/92, 017/92 e 513/91. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO S/N°

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 23 de março, tendo em vista reuniões marcadas junto ao eleitorado de minha região.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, apresentar-lhe meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 23.03.92

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO N° 49/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que compromissos inadiáveis impedem-me a presença aos trabalhos parlamentares deste dia 23 de março, razão por que solicito justificativa à minha ausência.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela colaboração.

Sala das Sessões, em 23.03.92

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGENCIA ao Projeto de Lei n° 012/92, de sua autoria, que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para a Subemenda Substitutiva de Plenário, apresentada em Segunda Discussão do Projeto de Lei n°

083/85, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 187, §. 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em Segunda Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 281

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Dr. Benedito Valdecir de Oliveira, Diretor Geral do Hospital Erasto Gaertner, no período 1985/1992, e ao Dr. Isidoro José Cestari, novo Diretor Geral daquela instituição.

Que o presente requerimento enseje os cumprimentos deste Poder e nossos sinceros votos de êxito no árduo trabalho em favor dos pacientes de câncer, no Estado do Paraná. E que seja também, a manifestação explícita de apoio deste Poder Legislativo ao maravilhoso trabalho desenvolvido pelo HEC à população paranaense, como instituição modelar na prevenção e tratamento do câncer.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de solidariedade desta Casa ao jornalista Aroldo Meirã Gomes Haygert, pelas ameaças anônimas que lhe foram feitas ao telefone, conforme dá notícia o jornal Indústria e Comércio, desta Capital.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme nota oficial conjunta, expedida pela Federação Nacional dos Jornalistas e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, o diretor de redação do jornal Indústria e Comércio, Aroldo Meirã Gomes Haygert, foi ameaçado de morte através de telefonemas anônimos feitos para sua casa, sexta-feira última.

O assunto foi veiculado pelo referido órgão na edição de hoje e merece a atenção desta Casa, ante a gravidade da denúncia.

Arnoldo Meirã é um dos mais acreditados jornalistas do Paraná, goza do maior respeito e simpatia, em todas as áreas, e tem uma longa tradição de credibilidade profissional.

A liberdade de imprensa não é apenas uma garantia prevista na Constituição Federal, como assinala a nota daquelas entidades. Ela também representa a própria liberdade de manifestação e expressão do nosso povo, livre e democrático. Por isso, sempre comprometida com a defesa dos direitos do homem e contra as manifestações de violência que amiúde sacodem o convívio social, esta Assembléia, como é sua tradição, deve repudiar aquelas ameaças, acolhendo o presente pedido, para hipotecar sua irrestrita solidariedade ao jornalista ameaçado.

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata voto de congratulações pela eleição e posse da nova diretoria do Centro Paranaense Feminino de Cultura e Posto de Puericultura Darcy Vargas, para o biênio 1992/93, que ficou assim constituída:

Presidente: Chloris Casagrande Justen
Vice-Presidentes - Ceres de Ferrante
Clotilde de Quadros Cravo
Vera Vargas
Secretárias - Janske Niemann Schlenker
Carlota Santos Lima
Tesozeiras: Muriel Cleve Maschke
Deyse Santos Lima
Bibliotecárias: Maria da Luz Portual
Werneke
Maria do Carmo Santos
Oradoras: Roza de Oliveira
Adélia Maria Woellner
Conselho Fiscal: Beatriz Quadros Ribas
Ilka Accioly
Juril de Plácido e Silva Carnas-
ciali

Requer, outrossim, a expedição de ofício à presidente eleita, Sra. Chloris Casagrande Justen, dando-lhe ciência desta proposição, congratulando-a e a sua equipe, pela magnífica escolha e, ao mesmo tempo, externando a certeza deste Deputado e deste Parlamento de que sob seu comando e das demais ilustres senhoras que compõem o corpo diretivo, a entidade por ela presidida continuará prestando relevantes serviços à comunidade, dentro de sua área de ação.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIÃO, digníssimo Governador do Estado do Paraná, reiterando apelo anterior formulado por requerimento aprovado nesta Casa, de autoria do nobre Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, no sentido de que seja imediatamente regulamentada a forma de concessão do benefício do vale transporte, ao servidor público estadual, conforme previsão do artigo 235 da Constituição do Estado do Paraná, instituído pela Lei nº 9.490, de 21.12.1990, pelo então governador do Estado ALVARO DIAS.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

É hora de se passar do discurso à prática. O governador do Estado do Paraná, acaba de completar um ano a frente do poder executivo. O saldo de sua administração, sem dúvida, é positivo. Lastreado num programa de governo sério e definido, realizou ao longo de seu primeiro ano de mandato edificante e profícuo trabalho em prol da população do Paraná.

Entretanto, não pode e nem deve olvidar, outras propostas de campanha, uma das quais a de valorização e reconhecimento do valoroso trabalho do servidor público do estado.

A crise é indiscutível, a recessão solidifica-se diariamente, a defasagem e a falta de poder aquisitivo da classe do servidor público cresce em progressão aritmética.

O transporte coletivo no estado do Paraná, embora eficiente, é um dos de tarifa mais caras do País, onerando sobremaneira o rendimento mensal do servidor público do Estado.

A Lei concedendo o benefício do vale transporte, em cumprimento a dispositivo constitucional, encontra-se em vigor, desde 21 de dezembro de 1.990, tendo seu artigo 7º deferido o prazo de 60 dias para a sua regulamentação, o que, até o presente momento injustificadamente não ocorreu.

O chefe Executivo do Estado não pode nem deve esquecer o juramento feito nesta Casa; o do cumprimento da Constituição Federal, Estadual e das Leis, razão pela qual temos a certeza de que, entendendo a necessidade do apelo aqui formulado, determinará a imediata regulamentação da Lei, com a conseqüente concessão do benefício do vale transporte à valorosa classe dos servidores públicos do Estado do Para-

nã.

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, consubstanciado em solicitação para que, através de estudos da Comissão do Anteprojeto do Novo Código de Divisão e Organização Judiciárias do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, seja a Comarca de Jandaia do Sul, incluída no mencionado anteprojeto, a fim de ser elevada à categoria de Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Jandaia do Sul, além desse Município, abrange os Municípios de São Pedro do Ivaí, Bom Sucesso, Marumbi e Kallorê, bem como os Distritos de São José e Jussara, além de outras localidades. A população estimada pelo Censo do IBGE é de 70 mil habitantes.

Através de dados estatísticos, constatou-se que mais de 3.000 processos, entre cíveis e criminais, estão em andamento na referida Comarca. Alguns deles, acumulados ao longo dos anos em face da sobrecarga na pauta de audiências, fato que vem inviabilizando excessivamente o atendimento ao público, com prejuízos às partes e demais moradores.

A nossa reivindicação recebe o apoio irrestrito de todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais daquela Comarca, e se concretizada, premiará aquela região que apresenta constante desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos para a construção e trevo de acesso na rodovia PR 480, na entrada da cidade de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O movimento da rodovia citada tem sido intenso principalmente com o tráfego de veículo pesado, e o acesso à cidade pela rodovia torna-se bastante perigoso, tendo já ocorrido diversos acidentes com vítimas. É necessário a construção do trevo para oferecer maior segurança aos morado-

res e os que ali trafegam.

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo doutor Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no município de DOURADINA.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal têm sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende-se a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA / regional do Paraná, no sentido de que seja liberado recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no parque Tarumã, em UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular,

no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas, e que a creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vêm buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches distribuídas, com 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas desenvolve-se um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta, existem áreas descobertas, ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros, são:

1. ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas para o atendimento do menor;
2. lotar áreas desprovidas e, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
3. qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
4. possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
5. atender às reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Vila Alta - Umuarama.

Do aprovado requer ainda, envio de comunicação ao Sr. Prefeito Municipal, ao Vereador José Ilton de Oliveira e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha po-

livalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente. Temos a certeza de que a Secretaria, ao efetuar estudos, verificará de imediato a necessidade e oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigida pelo Dr. Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinada a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no Distrito de Jangada, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda a comunicação ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que infelizmente cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetados pela Prefeitura é do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende-se a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nesta relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Eliel Martins, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, bem como a todos os Deputados daquela Casa de Leis, solicitando que não aprovem a solicitação de licença feita pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, a fim de dar prosseguimen-

to a processo iniciado pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, contra a Deputada Maria José Rocha, do Partido dos Trabalhadores, por pronunciamento feito na tribuna.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(aa) DR. ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no seu Art. 53, rege que os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, isto é, trata da imunidade, garantindo a possibilidade de ação no exercício da atividade parlamentar.

A Deputada Maria José Rocha está sendo processada por suas opiniões, o que é inconcebível, já que as denúncias por ela formuladas na tribuna da Assembleia Legislativa daquele Estado são de conhecimento público. A queixa-crime movida pelo Chefe do Executivo, tem como base um pronunciamento da Deputada supracitada protestando contra o arrocho salarial imposto ao funcionalismo público, quando em setembro próximo passado o Governo beneficiou os detentores de cargos em comissão, com aumento substancial de 300% e destinou para os professores e funcionários estaduais, apenas 35%. Naquela oportunidade, a ilustre Deputada considerou a discriminação um ato imoral do Governador.

Não somos contra a suspensão da imunidade parlamentar, desde que comprovado o envolvimento em crimes, corrupções e abusos de poder; o que não é o caso da nobre Deputada.

Alcançando tal objetivo, Antônio Carlos Magalhães estará subjugando o Poder Legislativo, que deve ser autônomo e independente, ferindo frontalmente a Constituição, pois tenta punição para um crime de opinião, tentando assim enodiar a tênue democracia que milhões de brasileiros vêm construindo com lutas e sacrifícios; o que está em jogo, neste momento, não é somente a integridade da Deputada, mas a democracia, a soberania do Parlamento e o voto livre do povo da Bahia, que reconhece em Maria José Rocha sua legítima representante.

Por isso, repudiamos a atitude autoritária do Governador e conclamamos aos parlamentares baianos a não abrirem este precedente, que põe em risco um mandato popular conquistado nas lutas em defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores.

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER, o envio de pedido de informações, através do Excelentíssimo Senhor Luiz Gastão Franco de Carvalho, secretário de estado da Administração, dirigido ao senhor Jaime Paciornick, diretor superintendente do Instituto de Previdência do Estado/IPE, nos seguintes termos:

a) - Considerando que aquele instituto, dentre outras atribuições destina-se ainda, à prestação de serviços de atendimento médico ambulatorial e exames laboratoriais;

b) - Considerando, que mensalmente, o servidor público do estado, contribui compulsoriamente com a parcela de 8% (oito por cento) do seu vencimento básico para com aquele órgão, pergunta-se:

1) - Por que o Instituto de Previdência do Estado IPE, através de seu laboratório de análises clínicas, não realiza o exame denominado "marcadores virais de hepatite A, B e C?"

2) - Por que aquele Instituto não mantém mais os convênios com laboratórios de análises clínicas particulares? (segundo informações do reclamante e servidor necessitado, nenhum laboratório particular aceita requisições daquele instituto).

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informação, decorre de denúncia formulada pelo servidor público estadual, Sr. José Fernando Brecaillo, portador da cédula de identidade - RG nº 438.905-0/PR, que em decorrência do fato de ter pessoa de sua família acometido de hepatite viral, doença infecto-contagiosa, vê-se obrigado a recorrer a exame laboratorial preventivo, no intuito de evitar, se acometido da mesma, que venha a contribuir para o contágio de outras pessoas.

Por determinação médica (requisição de exame), assinada por médico do IPE, cuja cópia acompanha o presente requerimento, o referido servidor dirigiu-se ao laboratório do Instituto de Previdência do Estado, sito à Rua Inácio Lustosa, 700, nesta cidade, onde foi informado que o tipo de exame solicitado não é efetuado pelo laboratório daquele instituto. Surpreso, dirigiu-se ao laboratório do Hospital Osvaldo Cruz, onde, novamente, não teve êxito, pois surpreendentemente, justamente o hospital estadual especializado no tratamento de moléstias infecto-contagiosas, também não realiza tal tipo de exame laboratorial.

Finalmente, em última instância, procurou laboratórios particulares credenciados pelo IPE, nova decepção - não realizam exames através de guias de requisição do instituto estadual, conclusão, até o presente momento não realizou o referido exa-

me, visto ser seu custo de aproximadamente Cr\$ 450.000,00.

Diante do exposto, e considerando a importância e a gravidade da presente denúncia, requer-se a manifestação do Estado através dos órgãos responsáveis, razão pela qual o presente requerimento deverá receber a unânime aprovação deste Plenário.

REQUERIMENTO Nº 266

SOMULA: Requerimento de inserção nos Anais da Casa, de moção de desagravo - nota oficial - do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná e da Federação Nacional dos Jornalistas, condenando com veemência as covardes ameaças e tentativas de intimidação do editor-chefe do jornal Indústria e Comércio, do Paraná, professor Aroldo Meirã Gomes Haygert, verdadeiro cidadão benemérito da nossa terra, responsável por uma das mais modernas editorias de notícias deste país, profissional honesto e apertadário.

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Líder do PTD, Deputado Estadual que este subscreve, pe de à egrêgia Assembléia que transcreva nos Anais da presente sessão, a nota anexa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná e da Federação Nacional dos Jornalistas, como sinal de apreço às instituições democráticas e à liberdade de imprensa, consciência e informação, vigentes em nosso País.

Envie-se cópia desta moção da Mesa da Assembléia ao Presidente do Sindicato Jornalista, Júlio Tarnowski, na sede estadual.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 277

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no art. 132, § 3º, inciso II da Resolução nº 159/90 de 28 de dezembro de 1990, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Douto Plenário, seja determinada a inserção nos Anais da Casa do inteiro teor do artigo de autoria do Dr. PIO TABORDA VEIGA intitulado "O HOSPITAL DE CLÍNICAS E SEU IDEALIZADOR", publicado no "Jornal do Estado" em seu encarte "Espaço Dois", edição do dia 13 de fevereiro de 1992, de conformidade com o exemplar em anexo e com a justificativa que este acompanha.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Foi com muito pesar que constatamos

que na solenidade alusiva aos 31 anos de inauguração do Hospital de Clínicas, o nome do ilustre médico paranaense - PROFESSOR MILTON DE MACEDO MUNHOZ (22.12.1901 / 09.07.1977), foi simplesmente omitido.

Objetivando sanar tão grande injustiça, o não menos ilustre médico DR. PIO TABORDA VEIGA houve por bem em escrever e fazer publicar o artigo denominado "O HOSPITAL DE CLÍNICAS E SEU IDEALIZADOR" onde, com muita propriedade, faz um retrospecto da brilhante carreira profissional do PROFESSOR MILTON DE MACEDO MUNHOZ, dando ênfase especial à sua decisiva atuação na presidência da comissão constituída no ano de 1959, e que, na realidade foi idealizadora da planificação e construção de um hospital de dimensões inéditas para o Paraná da época.

Finalmente, à 26 de março de 1960 o hospital foi inaugurado, e "EM CIMENTO, AÇO E SOBRANCEIRO, ALI NO ALTO DA GLÓRIA, O MAJESTOSO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE CURITIBA - SONHO POR TANTOS ACALENTADO E HOJE TRANSFORMADO EM FORMIDÁVEL REALIDADE - LEMBRARÁ "IN AETERNUM" SEU IDEALIZADOR E MAIOR RESPONSÁVEL, O PROFESSOR MILTON DE MACEDO MUNHOZ". (sic)

A inserção que ora se requer, será, sem dúvida, um ato de justiça que se fará à memória do PROFESSOR MILTON DE MACEDO MUNHOZ, motivo pelo qual também requer a expedição de ofícios ao ilustre articulista DR. PIO TABORDA VEIGA e aos familiares do homenageado - PROFESSOR MILTON DE MACEDO MUNHOZ, dando-lhes ciência deste requerimento e também da decisão do Douto Plenário que, temos certeza, será unânime em favor de sua aprovação.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 071/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública "O CENTRO ESPÍRITA LUZ ETERNA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O CENTRO ESPÍRITA LUZ ETERNA, fundado na cidade de Curitiba, no dia 04 de abril de 1947, é pessoa jurídica de Direito Privado sem finalidades lucrativas, com sede própria a Rua Dezembargador Hugo Simas, 137.

Trata-se de entidade filantrópica e religiosa, sem fins lucrativos, que atende

deu no ano de 1991, na faixa etária de 10 a 17 anos, 55 (cinquenta e cinco) crianças carentes, com cursos pré-profissionalizantes (costura, bordados, crochê, tricô, pintura em tecidos, madeira e cartão vegetal).

Mantém curso de reforço escolar para alunos das escolas públicas de baixa renda, no sentido de evitar a evasão escolar.

Ao lado de suas atividades assistenciais, o CENTRO ESPIRITA LUZ ETERNA mantém atividades de amparo espiritual e cursos regulares de Doutrina Espírita, desde a sua fundação, há quase 44 anos.

Do exposto, tendo em vista que a sua diretoria não possui nenhuma forma de remuneração ou benefícios, bem como seus associados, na forma da documentação em anexo, que está de conformidade com a Lei nº 6.994/78, esperamos a aprovação do Plenário dessa Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência registra com satisfação a presença do Deputado Francisco Sérgio Turra, do Rio Grande do Sul, e eu solicito ao segundo Vice-Presidente Deputado Heinz Herwig, para que faça a cortesia da Casa, acompanhando o nosso visitante para os cumprimentos aos demais Parlamentares.

Seja bem vindo a esta Casa, Deputado.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso que não entendi ao ler, hoje, o Jornal "O Estado de São Paulo" e ver estampado na sua primeira página, declarações do Ministro Jarbas Passarinho, dizendo, Senhores Deputados, à Nação Brasileira, que é impossível combater a corrupção nesse País, que o Governo Federal não tem recursos para combater a corrupção em todos os níveis em termos de Brasil, é lamentável de ver o Ministro da Justiça dizer num dos órgãos de comunicação que eu considero, também, um dos mais importantes desse País.

Eu não entendo como é que pode vir a um Jornal e dizer que o Governo não tem condições de acabar com as maracutaias, com os descalabros, com a violência que acontece nesse País. Ao ler a "Folha de São Paulo", você vê que o rombo, a sonegação que é dada aos cofres da Previdência é de 87 trilhões de cruzeiros, e num outro jornal Senhores Deputados, o Ministro diz que não tem condições de combater o roubo, o descalabro e a violência das maracutaias na Nação Brasileira. E de estarrecer! Se ele diz que não tem condições, quem então vai combater a corrupção nesse

País, quem? A Polícia Civil, a Polícia Militar, que também não tem condições; a Polícia Federal, que não tem um grande contingente para combater esta forma de violência chamada corrupção?

Eu estou indignado, Senhores Deputados, estou indignado com aquilo que eu vi, li hoje no Jornal "Estado de São Paulo". É lamentável realmente de que não se tem condições de combater a corrupção.

Você pega um dia um Jornal do Rio de Janeiro e vê, Senhores pais deste Parlamento, estou falando com os pais deste Parlamento, o Jornal "O Dia" mostrou neste final de semana o maior descalabro, a maior violência que já vi na minha vida: montaram no centro do Rio de Janeiro barraquinhas para vender cocaína e vender maconha. O cidadão passa pelo centro do Rio, naquelas barracas - uma ao lado tem sapatos, outra tem bolsas e duas outras, uma com cocaína outra com maconha, para serem revendidas.

A Polícia Militar lá esteve, prendeu em flagrante dois assassinos, dois cana-lhas que matam nossos filhos. Um deles ofereceu à Polícia Militar 10 milhões de cruzeiros para que não fossem presos e não fosse lavrado o flagrante. Graças a Deus a Polícia não aceitou o suborno ...

(E-lhe tirado o som).

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ocupo, por favor, o Horário do PRN.

A Polícia não aceitou o suborno.

E digo: assassinos! Sabem por que, Senhores pais deste Parlamento. Porque a violência das drogas é pior doença da humanidade, a violência das drogas destrói um lar, acaba com os filhos paranaenses, acaba com os filhos da família brasileira.

Graças a Deus a Polícia Militar do Rio tirou do centro da Capital dois câncros que estavam vendendo cocaína aos filhos brasileiros do Estado do Rio de Janeiro.

Vejam bem, Senhores pais, eu recebi sexta-feira, em meu Gabinete, um telefonema de uma mãe desesperada, sufocada, rasgada e violentada nos seus direitos. A filha completamente drogada, em um apartamento, nesta Capital, trancada dentro de um quarto, não queria abrir a porta, não queria sair, tal era o estado de violência em que se encontrava pelas drogas. Mas, depois, com a família conversando conseguiram tirá-la do quarto e no diálogo, no amor, ela acabou confessando quem lhe fornecia as drogas. E esta mãe veio me perguntar: "Deputado, quem me socorrerá, a quem devo gritar, a quem aclamar, a quem pedir para que minha filha não seja assassinada, violentada e rasgada nos seus direitos?" E eu lhe disse: a Senhora deve interná-la. O dependente de drogas deve ser internado, tratado com carinho, com

amor. Eu disse à ela - Senhora, por favor telefone à Polícia Federal, ao Secretário de Segurança Pública, ao Comando da Polícia Militar, telefone a quem de direito e peça ... Mas ela me dizia: "Como? E a minha filha? O que que eu vou fazer? Então você sente na carne e não sabe o que falar para uma mãe neste estado. Você não sabe também qual o tipo de orientação que você pode dar a esta mãe porque ela tem medo do traficante, ela tem medo de denunciar, porque eles estão mais bem armados que a própria Polícia? É uma quadrilha super organizada. Eles adentram as nossas casas, os nossos lares, seduzem as nossas filhas, seduzem os nossos filhos, rasgam as nossas esposas que choram lágrimas de sangue, os pais derrubam lágrimas de sangue e não sabem a quem recorrer. É lamentável. Ela disse que ia ver o que fazer, ver qual a providência que iria tomar. Primeiro, internar, depois denunciar, para ver se a Polícia pode fazer alguma coisa para acabar com esses canalhas, assassinos, violentadores, que destroem, que matam, que violentam os lares da família brasileira.

Hoje, ao ler o jornal "O Estado de São Paulo", Senhor Presidente, caí numa depressão! Se uma mãe telefona e pergunta a quem recorrer para salvar o filho, e eu vejo no jornal, o Ministro da Justiça dizendo que não existem meios para se acabar com a corrupção nesse País. É algo para se pensar, algo para se meditar. Se um Ministro diz a um jornal, que o Estado, que a Nação não tem meios para combater a violência, que dirá então, meu Parlamento, que dirá então, país deste Parlamento, mães desse Parlamento, como é a Deputada Emília Belinati, que será então da família brasileira que não tem a quem socorrer, que não tem a quem gritar, quando seu lar está sendo invadido, corrompido, desgraçadamente violentado por uma quadrilha de assassinos que não escolhem a cor e nem o credo religioso.

Ele quer sugar a família, o filho, violentá-lo, assassiná-lo, destruí-lo, lamentavelmente, a maioria deles não vai para a cadeia, não vai para a penitenciária. É lamentável ver de um lado, o Ministro da Justiça dizer que não existe meio de se acabar com a corrupção no Brasil e é mais lamentável ainda, ver que os nossos filhos correm risco de vida, as nossas famílias correm um perigo enorme de violência e também, a família brasileira não tem a quem se socorrer.

É lamentável.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me permite um aparte:

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pois não, com todo o prazer.

O Sr. Colombino Grassano - A veemência do discurso de Vossa Excelência nos obriga não só a dar atenção, como sempre damos, mesmo quando não há veemência, mas é uma característica própria dos seus pronunciamentos, porque fala com sentimento, combate o crime e por isso mesmo, merece de todos nós Parlamentares, uma atenção toda especial, mas na análise que Vossa Excelência faz, eu quero responsabilizar mais o dirigente, é o Presidente da República, é o Governador do Estado, porque ele, Presidente da República, é quem escolhe os seus companheiros de trabalho.

Quando da sua posse, o Senhor Fernando Collor declarou quem era o Ministro da Economia. E que Ministro da Economia ele entregou ao Brasil! Que tumultuou a nossa economia, que fez com que os padrões de austeridade desaparecessem daquele Ministério e a farsa continuasse. Que País ótimo seria o Brasil e hoje eu falava com um dos homens mais sérios desse Estado e ele me dizia que era fácil governar esse país, se tivéssemos vários Jatenes em vários Ministérios da República.

Então, a responsabilidade maior é do Senhor Presidente da República, a responsabilidade maior é do Senhor Governador do Estado que escolheu os seus Secretários. Ele conhece os homens que escolheu e se esses homens não cumprirem com o seu dever, não agirem com dignidade, com respeito principalmente com grande lisura, eles estarão fazendo com que se incrimine amanhã, o próprio Governador do Estado. Ele escolheu, ele é responsável por essa escolha. Nós estamos vivendo num sistema presidencialista, onde o governante escolhe os seus auxiliares e sobre eles assume inteira responsabilidade.

Então nós devemos incriminar, criticar o Presidente da República, e haveremos de criticar o Governo do Estado quando seus Secretários agirem da mesma forma que agiram estes Ministros, corruptos e que estão hoje expostos à apreciação e ao julgamento da opinião pública.

Vossa Excelência é sempre oportuno nas suas colocações e eu me congratulo com esta sua repulsa e com esta apreensão que todos os países devem ter, em face ao descalabro porque passa a Nação brasileira, principalmente neste setor de tóxicos e entorpecentes.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, gostaria que todos os Deputados que aqui estão, pensassem sobre a manchete que saiu no jornal, do Ministro Jarbas Passarinho, ele disse que o Brasil não tem condições de acabar com a corrupção! De quem é a responsabilidade? Fica a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Servo.

O SR. NILTON SERVO - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Deputados. Acho que na posição de Parlamentar desta Casa eu devo explicações, satisfação de um fato ocorrido sexta-feira última com este Parlamentar, na Cidade de Curitiba.

Aconteceu o seguinte, Senhores Deputados: meu irmão, Antônio Henrique Belizario Servo, veio de Mato Grosso do Sul até minha casa, à procura de um empréstimo que ele precisava emergencialmente. Procuramos um banco onde ele fizesse o seu cadastro e ali obtivesse os recursos necessários, naquele momento. Fomos orientados que o caminho mais curto e mais rápido era procurar uma casa de fomento, por nome "Duplicred". Meu irmão se dirigiu a esta casa e lá o gerente da mesma lhe fez algumas exigências, pedindo que ele lhes oferecesse uma garantia real. Ele ofereceu uma aeronave de sua propriedade. Essa empresa exigiu que ele passasse uma procuração que foi lavrada no Cartório do Taboão, a favor da "Duplicred". Essa empresa exigiu também que meu irmão assinasse uma nota promissória de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, com vencimento para o dia 22 do próximo mês. Isto feito, a empresa de posse do avião, de uma nota promissória, de uma procuração, disse ao meu irmão que o empréstimo só seria feito na hora em que o empresário chamado Júlio Salomão chegasse de Brasília, pois só ele teria acesso aos cofres desta empresa. Meu irmão aguardou até as 7 horas da noite, quando lá chegou este Sr. chamado Júlio Salomão. Esse moço, com sua própria letra escreveu em cima da procuração que ele queria uma procuração sem prestação de contas. Isto é um abuso! É um absurdo!

Meu irmão foi até a minha casa e me pediu uma orientação. Eu disse a ele: "Vamos cancelar esta operação, vamos parar com isso, mesmo porque este homem está querendo documentos demais está provado que é uma arapuca, que é maracutaia, que é roubo o que eles pretendem fazer. Vamos cancelar esta procuração, amanhã na parte da manhã.

Na sexta-feira, às 8 horas da manhã, eu mesmo Nilton César Servo, chamei o gerente desta empresa e pedi que eles fossem comigo ao Cartório para que lá cancelassem essa procuração, eles prometeram que lá estariam às 10 horas da manhã; às 10 horas da manhã sequer apareceu um representante da "Duplicred". Ao meio dia voltei a falar com a "Duplicred", porque eu não só queria o cancelamento da procuração, como queria uma declaração que eles não teriam usado essa procuração a favor da

"Duplicred", também não apareceram. Às 4 horas da tarde, já discutido algumas vezes por telefone com o gerente e funcionários desta casa, procurei buscar respaldo junto à justiça, liguei para a Secretaria de Segurança para que me amparassem, e que juntos fôssemos até essa casa, para lá cancelar essa procuração e que se lavrasse um possível flagrante em cima dessa empresa; conversei com o Chefe da Casa Civil, Caio Quintana, e também com o Delegado de Defraudações, Doutor Neves, marcamos um encontro em frente a "Duplicred", quando lá cheguei fui recebido através de jagunços, através de pistoleiros chamados cobradores de contas, eu não tive outra alternativa a não ser atirar para sair da emboscada.

Quero dizer aos Senhores Deputados, e principalmente aos companheiros desta Casa que dirigem programas de rádio e de televisão, a veracidade dos fatos está aqui nas minhas mãos, eu não quero que os fatos sejam omitidos, mas sim denunciados em cima da verdade. Saindo dessa empresa procurei contato com outros amigos, companheiros, colegas e Parlamentares, dentro de menos de uma hora eu já recebi inúmeras denúncias contra este Salomão. Este moço é conhecido através de roubo, através de golpes baixos, através de maracutaia, este moço está vivendo livremente, operando irregularmente, mas desta vez ele pegou um homem que vai denunciá-lo à Polícia Federal. Este Senhor anda me ameaçando através de telefonemas anônimos para a minha casa, dizendo que se o Deputado tomar qualquer medida junto ao Banco Central, a Receita Federal, a Polícia Federal, eles vão dar cabo da minha vida. Eu não tenho medo de morrer na mão de cafajestes, estou aqui falando aos Senhores, estou bastante emocionado hoje, porque quando aparece o nome do Deputado Nilton Servo na imprensa, eu sou sempre vítima de acusações.

Ontem a Revista "Veja" dizia que eu era o Deputado milionário, de fortuna sem origem, de casa no lugar que o metro quadrado é o mais caro em Curitiba, no Jardim Social, onde eu alugo uma casa. Eu resolvi não responder à imprensa. E hoje, eu na condição de buscar um empréstimo para o meu irmão, a minha imagem também continua sendo denegrida, e os pilantras, malandros, estão aí a solta pela rua.

Eu preciso do auxílio das Bancadas de todos os Partidos, de auxílio do Governo, da Secretaria de Segurança, da Presidência, da Secretaria de Justiça, da Comissão desta Casa, para apurar a veracidade dos fatos.

E aparece o empresário Júlio Cesar Salomão dizendo que eu teria ido lá buscar um empréstimo e que ele não é autorizado pelo Banco Central a fazer este empréstimo, e que ele me negou empréstimo, e que

eu tentei matá-lo. Olha moço! As verdades estão aparecendo e a sua ficha policial também está sendo levantada, esta fortuna, que todos desconhecem a origem, mas eu sei que através de falcatruas, tirando de pessoas modestas e humildes, que vão lá hipotecar a sua bicicleta, o seu carro, o seu guarda-roupa. Seu Júlio Cesar, o Senhor disse que estava fazendo operação com o Senhor Nilton Servo, que o Senhor não era autorizado. Está aqui uma procuração lavrada no Taboão que vou levar ao conhecimento dos Deputados - esse moço, esse vigarista, esse pilantra, esse malandro ainda é detentor desta procuração!

Posso ter errado em atirar, mas, para me defender, mesmo antes de morrer, eu não teria outra saída a não ser atirar. E gostaria de dizer aos pares desta Casa, que eu atiro e atiro muito bem. Prova esta que eu não quis matar esse vagabundo. Eu peço sim, apoio dos companheiros, para que os fatos sejam elucidados e para que a verdade venha a público e para que, ao lado de vocês - meus amigos e companheiros - consigamos fechar, definitivamente, essa arapuca.

O Sr. Geraldo Cartário - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Ontem eu estava com Vossa Excelência num local tradicional de Curitiba - a Boca Maldita, quando Vossa Excelência recebeu até cumprimentos e parabéns de diversas pessoas de Curitiba, algumas delas, vítimas de casos parecidos com o seu.

Aí eu me aprofundei no assunto e inclusive Vossa Excelência me forneceu alguns documentos. A nossa preocupação, Deputado, é que pelo fato de Vossa Excelência ser Deputado não deve realmente se acovardar perante uma injustiça tão grande que se tenta cometer contra um irmão seu. Eu acho que esse episódio nada vem a denegrir o seu mandato de Deputado, pois, com muita honra, Vossa Excelência busca defender a sua família e logicamente está defendendo a própria sociedade paranaense. Eu quero lhe cumprimentar pela lisura, nesse acontecimento, da sua parte, porque, sem dúvida alguma, pelos documentos que nós vimos e pelas conversações na Boca Maldita Vossa Excelência é uma vítima. Era isso, agradeço o aparte.

O SR. NILTON SERVO - Eu gostaria de agradecer ao aparte do caro Deputado e também dizer que a Imprensa sempre vem dizendo que Nilton Cesar Servo procura ser Deputado em busca de uma imunidade parlamentar. Eu gostaria de dizer que antes de vir para esta Casa eu vivi 36 anos de imunidade. Quero dizer mais ainda: tem alguns processos que tramitam contra esse Deputado

do na Justiça Federal do Paraná e quando eu assumi, sequer, comuniquei a Justiça Federal pedindo a paralização desses processos.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "O Censo de 90 foi realizado em 1991! O IBGE, órgão do Governo Federal, responsável pelas informações sobre nossa gente, sobre os dados das cidades, de nossa economia, só teve condições de realizar o censo da década em 1991, e ainda assim, em condições bastante desfavoráveis. Treinamento inadequado, baixa remuneração e dificuldades no pagamento aos recenseadores. Isto resultou num trabalho muito questionado, muito polêmico. Se no censo de 80 pagou-se uma média de 220 a 450 dólares a cada recenseador, agora em 91 pagou-se 137 a 244 dólares. Ainda hoje tem recenseador sem receber o seu pagamento. Devemos lembrar que houve greves de recenseadores em várias cidades do País, movimentos reivindicatórios por melhores pagamentos, enfim, não se fez um Censo como se deveria ter feito! No entanto, este trabalho do IBGE é o único referencial estatístico que o País conhece e legalmente emprega! Seja em fixação de índices de participação no fundo dos Municípios, seja em repasses de verbas federais ou de organismos mundiais, na área de transportes, educação, saúde e meio ambiente. Ou seja, bem ou mal feito, o Censo de 1991 é e será o único banco de dados oficial! E agora?

O Censo

Teremos em julho o relatório final do IBGE com os dados do Censo de 1991. Mas já se conhecem algumas informações preliminares e descobriu-se um novo Brasil. Um estranho e até então desconhecido Brasil. Para começar e registrando um gritante erro de projeção do próprio IBGE, que previa uma população de cerca de 154 milhões. Somos 8 milhões a menos, ou seja, 146.154.502 brasileiros. Apenas um erro de 8 milhões de pessoas. Muitos países quase têm esta população! Baixou a taxa de fecundidade, hoje em cerca de 3 filhos por mulher, quando em 60 era 6 filhos e em 80, 4. A taxa de crescimento deste novo Brasil é 1,89%, próximo dos países europeus como Espanha e Itália. Se nascem mais homens do que mulheres, a vida média feminina leva ao resultado de que morrem mais homens do que mulheres. Mas estes novos dados podem receber uma análise depois de publicados. O resultado, a obra que nos preocupa, é em

relação ao Paraná, Estado que apresentou um aumento de apenas 786.267 pessoas, em 10 anos. Menos de um por cento anual, para ser mais preciso, 0,9% ao ano. Isto na visão do IBGE, porque o IPARDES, nosso órgão de pesquisas, esperava e projetara uma população de 9.4 milhões. Ou seja, o IPARDES afirmava que tínhamos crescido 1,9% ao ano contra os 0,9% do IBGE. No total, diferença de 18,5% entre os dois Institutos. Considerando-se tratar de órgãos técnicos, a diferença chega a ser grosseira. Vivemos em função de organismos, aparentemente, despreparados. Que diferença faz descobrirmos quem está errado, o IBGE ou o IPARDES? Ambos nos levam a erros! Todos os municípios e o próprio Governo do Estado, trabalhou com previsões, com projeções erradas. Difíceis de serem reparadas!

Como está, o que já se fez

Erros como estes, confusões como estas, acabaram por gerar movimentos contraditórios. Movimentos contestatórios. No Rio de Janeiro, pressões do Governo, de Deputados, da imprensa, que mostraram que gente famosa, prédios inteiros, sequer foram recenseados, estão provocando atos que podem levar a anulação do Censo carioca. Em Pernambuco, 124 dos 167 municípios estão pleiteando a recontagem, uma revisão. Em alguns estados, foi instalado um disq-censo, um número telefônico onde as pessoas não recenseadas se manifestam e o IBGE promete rever o caso. Por 7 habitantes, Curitiba ficou atrás de Recife. Posso jurar e atestar que mais do que este número de pessoas já me procuraram, alegando não terem sido recenseadas. É o caso de rever o quadro, nos colocando na frente de Recife? Será que lá não houve erros? Se o Ministro da Marinha, Almirante Mário César Flores, residente em Brasília, frequentador do Palácio do Presidente, membro do Governo, não foi recenseado, quando brasileiros comuns, menos conhecidos, não tiveram suas casas sem visitas?

Aqui, próximo de nossa Capital, existem exemplos claros de municípios onde o número de eleitores, registrados no TRE, se aproxima do número de habitantes, num claro indício de que algo está errado. Ou há eleitores de mais ou habitantes de menos!

E as denúncias feitas em nossos programas de TV e na Rádio Independência de que muitos domicílios visitados, se encontrados momentaneamente vazios, tiveram a anotação desocupado? Isto induz, leva a conclusão de que há residências em número maior do que existentes disponíveis. Todos nós sabemos que isto não corresponde a verdade! Temos filas de interessados em qualquer COHAB deste País. Como o IBGE descobriu que em alguns municípios sobram domicílios?

Em nosso Estado, Foz do Iguaçu protestou e o fez com tanta veemência e competência, que o IBGE se dispôs a refazer, a rever o Censo. E descobriu erro em seu trabalho. Aumentou em 2.000 habitantes e os domicílios vazios, inicialmente anotados como 520, caiu para 24.

Erros por conta do que se projetou

Estes resultados preliminares do Censo de 1991 e que modificaram radicalmente as projeções, as previsões que se faziam por recomendação do IBGE, conduziram a maioria dos nossos municípios a trabalharem com números que se revelaram não confiáveis. Agora, a frustração tomou conta de todos nós. Obras, trabalhos técnicos, equipe de funcionários, enfim, as projeções tendo se revelado "furadas" levam os políticos municipalistas a situação nada confortáveis. Que devem fazer? Reclamar? Rever? Torcer por uma mudança na lei que regula a participação do Fundo da Receita dos Municípios? O pior é que estes erros se somaram aos do Estado e até em nível Federal, onde por consequência de informações repassadas, muitos trabalhos devem ser refeitos.

O IBGE, através de seu dirigente regional e através de entrevistas do seu dirigente nacional, garantem que o Censo de 1991 terá no máximo um erro de 2,5 milhões de pessoas. E afirmam que não haverá revisão. Não é difícil analisar que sendo o único órgão oficial e inexistindo outro tipo de aferição similar, todos acabarão por aceitá-lo. Até por eliminação de outras alternativas.

E o Paraná

Hoje, a lei que regulamenta o repasse aos municípios e estados, dentro do Fundo de Participação dos Municípios é baseada em números do Censo e principalmente, na relação habitante/município. O Paraná cresceu menos de 1% ao ano, na década que passou. Logo, na década que iniciamos há pouco, iremos sofrer o impacto dos números deste Censo. O que isto significa? Significa que teremos uma perda anual de 11,18% no repasse das verbas. Ou seja, no ano 2.000 iremos descobrir que trabalhamos um ano inteiro, na década, de graça. Estaremos mais pobres no final do século em cerca de 11%. Isto com base em cálculos preliminares, feitos pela Associação dos Municípios do Paraná.

O que se espera, o que devemos fazer!

Primeiro, e de forma imediata, apenas desejei levantar, para reflexão de todos nós, que devemos questionar este Censo! Ele está eivado de vícios, de erros. Devemos também agir, politicamente, para que nada se altere por enquanto, em termos de repasse de verbas, com base no novo Censo. Que se aguardem novas análises e até mesmo o relatório final. Mas que será prejudicial ao Paraná, não tenhamos dúvidas. En-

tão, vamos agir, que todos nós, em cada esfera de ação, façamos o possível para atenuar o impacto destes números! Frios, impassíveis! Que nosso Governo reveja suas metas, refaça seus planos e contemple todo o programa do futuro com estas novas informações. Se deixamos de possuir contingente humano milionário e principalmente no campo, vamos tomar providências a respeito. É necessário um plano de revigoração deste setor! Vamos agir politicamente no sentido de alterar a lei que disciplina o repasse das verbas. Isto pode minorar a crise que se abaterá sobre os municípios.

Mas é pouco! Os negros números de nosso Estado, resultantes do Censo, vão mostrar um Estado com menos gente, com perfil diferente. Isto irá afetar a visão que muitos organismos mundiais, muitas fundações multinacionais, possuem sobre nosso Estado e iremos ter mudanças em termos de ação destes organismos. Portanto, devemos, até por obrigação como homens públicos, agir para que o Censo traga o mais fiel dos trabalhos. Sem erros. E para tanto, somente uma ampla revisão, um novo Censo poderá nos deixar serenos. E isto que pedimos, que sugerimos, que pretendemos!

Talvez a inércia que se vê em termos de comportamento de nossos Prefeitos, se deva ao fato de que se encontram no último ano de seus mandatos, preocupados em concluir sua obra, em ultimar seu trabalho. Mas há muito com que se preocupar quanto ao futuro. A mídia, a nossa imprensa, tem levantado o problema, mas não na intensidade devida. Credite-se a ela, agora, o maior empenho em discutir o assunto. Mas muito timidamente. E a nós, políticos, quase nada, temos feito! O nosso Executivo, as nossas forças socialmente organizadas, como Sindicatos patronais e de empregados, Entidades Cívicas e de Classe, falta o coro, a voz em defesa do futuro paranaense!

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Falei do fundo do coração! Preocupado. Muito preocupado. E vivamente empenhado em fazer deste pronunciamento, um alerta, uma advertência, pois seremos cobrados pelas gerações que virão. Não desejo ser o primeiro a buscar solução, ou o único. Apenas mais um. E tenho certeza, todos nós, iremos rapidamente nos conscientizar de que algo e rapidamente, deve ser feito!

Muito obrigado."

Concedo aparte ao Senhor Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Luiz Carlos Martins, Vossa Excelência abordou um assunto dos mais importantes e este Deputado, integrante do Bloco Municipalis-

ta, quer lhe cumprimentar e até sugerir à Presidência desta Casa, que o seu pronunciamento seja levado aos segmentos da sociedade paranaense, especialmente às Câmaras Municipais e aos Prefeitos municipais.

O IBGE, na verdade, vem falhando - talvez por falta de ser melhor assessorado tecnicamente - talvez as verbas que tenham chegado, no caso específico aqui de Curitiba, não sejam suficientes para cobrir esse trabalho, mas por falta dessa verba, nós estamos tendo um prejuízo muito grande. Apesar de Mandirituba, Município do qual fui Prefeito, ter sido o Município do Paraná que mais cresceu, 148% e o sétimo do Brasil, mesmo assim, nós que na última década estávamos com doze mil habitantes e nessa atual, com trinta e nove mil habitantes, nós consideramos pelos levantamentos, o número de crianças nas escolas, ligações da COPEL, etc., nós calculávamos cinquenta e cinco mil habitantes, e nos surpreendeu um número pequeno, de trinta e nove mil habitantes.

Eu quero cumprimentá-lo, porque Vossa Excelência, sendo um Deputado que se elegeu através do seu trabalho profissional do rádio, está demonstrando ser um profundo conhecedor das causas municipalistas e esse seu trabalho, esse seu levantamento eu credencio inclusive a integrar o nosso Bloco Municipalista, haja visto o fato de já ter sido Vereador de Curitiba.

Quero cumprimentá-lo e que esse seu pronunciamento seja levado a todos os segmentos, para podermos mostrar uma posição de contrariar os resultados fornecidos pelo IBGE ao Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - E a sua preocupação não poderia ser diferente, Deputado Cartário, pela cumplicidade que existe de sua parte para com os municípios, sendo que Vossa Senhoria já foi Presidente da Associação dos Vereadores do Estado do Paraná e tem uma profunda ligação com os municípios como grande parte dos Deputados desta Casa.

Eu agradeço o seu aparte o seu apoio a este alerta que fazemos da tribuna desta Casa.

Tem o aparte o Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Quero cumprimentar Vossa Excelência pelas denúncias que faz com base nos dados do Censo do IBGE, da contestação dos dados. Isto tem-nos preocupado há tempos. Vossa Excelência numerou aí diversos erros cometidos pelo IBGE e temos na região que representamos nesta Casa, diversos casos em que 90% de sua população são de eleitores. Então é o que Vossa Excelência diz, não sabemos se

tem mais eleitores ou menos população.

Na maioria de nossos municípios os Prefeitos se manifestaram, a comunidade se manifestou, inclusive, no sentido de até contratar pessoas sem a autorização do próprio IBGE para fazer uma nova pesquisa na comunidade para ver o número de eleitores para poder até, talvez, via legal, contestar esses dados.

Mas o que nos preocupa também, nobre Deputado, é a situação hoje, por que passam os municípios do Paraná. O Deputado Severino já foi Prefeito, o Deputado Tavares já foi Prefeito e tantos outros que já foram Prefeitos sabem. A nossa preocupação é com a situação dos municípios. Hoje já presenciamos aí um grande número de Prefeitos com o chapéu na mão, correndo atrás de recursos, pedindo pelo amor de Deus que os ajudem, porque a situação nos municípios quase na sua maioria é falimentar.

Veja bem Vossa Excelência, além dos dados irreais do Censo que atrapalha diversos municípios, porque sabe Vossa Excelência e os demais companheiros desta Casa que o índice dos municípios com relação ao Fundo de Participação dos Municípios é exatamente baseado pelo Censo. E tão logo o Censo oficialize em julho, o Tribunal de Contas da União, será alterado o índice dos municípios.

Temos municípios que estavam aí com 1.8, 2.0 que vão abaixar para 1.0, 0.8. Então, como é que um município do porte de 80 mil habitantes que estavam acostumados com uma máquina preparada para administrar o município com este número de habitantes, tendo um índice de 2.0, 1.8 cai para 1.0, 1.2. A situação vai ficar terrível e o município vai ficar sem condições de ser administrado.

E um outro agravante também é o que comete a própria Assembléia, porque além dos falsos dados do IBGE dos dados populacionais, temos aí mais de 60 municípios criados no Paraná, municípios que não têm 5 mil habitantes e o bolo do ICMS que recebem é um só. Temos aí mais de 60 municípios criados que o Governador Roberto Requião, inclusive, vem vetando, e o próprio Governador em exercício, Mário Pereira, restituiu à Assembléia alguns projetos. Então como é que vai ficar o Paraná, o Paraná que Vossa Excelência muito bem citou nos dados do Censo, que o índice de aumento foi irrisório praticamente. Vossa Excelência fala de dados até assustadores, Curitiba perde para municípios em 7 habitantes tão somente...

Então, nós, como Deputados Estaduais, temos também a responsabilidade de, não só por questões políticas, queremos criar municípios. Nós temos que ver a condição de sobrevivência de alguns municípios. Porque

criamos aqui mais de 60 municípios que vão fazer parte do mesmo bolo de ICMS que é distribuído hoje para os municípios do Paraná, com base até em dados do próprio Censo, do próprio IBGE muitos municípios aqui foram criados, e não poderiam ser criados porque não têm 5 mil habitantes.

Eu acho que o Deputado Geraldo Cartário colocou muito bem essa denúncia, essa sua preocupação é também, se me permitem, a minha e deve ser da maioria dos membros desta Casa. Razão pela qual concordo com o que disse o Deputado Geraldo Cartário, que pede à Mesa que faça chegar às Câmaras de Vereadores, aos Prefeitos Municipais, enfim, à sociedade paranaense, a sua preocupação como a preocupação da Assembléia porque nós vamos ter nos próximos meses, nos próximos anos, e eu sempre digo aos companheiros que vêm nos procurar para que interfiramos em alguns diretórios de municípios para que sejam eles candidatos a Prefeitos. Peço que analisem bem as suas candidaturas, porque a situação do Prefeito no mandato que vem será das piores possíveis.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Obrigado, Deputado Nilton Barbosa.

Eu só gostaria de, encerrando, lembrar mais uma vez, no ano 2000, no final da década nós trabalhamos um ano de graça e nós todos seremos cobrados pelos nossos filhos, pelos nossos netos, pelos nossos bisnetos, seremos cobrados pela sociedade paranaense, porque no ano de 1991, quem eram os Deputados do Paraná e eu tenho certeza que os Deputados do Paraná não ficarão calados diante dessas injustiças que estão cometendo. Tenho absoluta certeza, tenho fé nesta Casa, esta Casa é honrada, esta Casa tem homens dignos eleitos democraticamente pelo voto do Povo do Paraná.

Eu confio nesta Casa e tenho certeza que ela se levantará contra esses dados todos que estão colocados aí.

O Sr. Antônio Costenaro - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Costenaro.

O Sr. Antônio Costenaro - Deputado, realmente a sua preocupação, ela vem incomodando a todos nós. Na verdade nós acreditamos que foi um descrédito a importância do Censo, quando o Presidente da República retardou um ano dados muito importantes, para que possamos acompanhar mais de perto, para saber na verdade, o progresso verdadeiro que o País possa ter,

que sem dúvida nenhuma, os dados que Vossa Excelência traz, através da imprensa, contestando, não se tem dúvida de que o Censo foi feito com descaso, sem a valorização que merece, desde a sua primeira denúncia, quando se trata do pagamento. Pagou-se na verdade uma miséria, uma vergonha, fazendo com que a classe jovem desse País que ocupou esse espaço de fazer o Censo, que é bastante importante, na verdade, a juventude que está aí desempregada, lutando, buscando através dos Bancos escolares, nós temos uma classe muito grande, desde advogados, administradores de Empresas, de toda ordem, pessoas altamente já preparadas para poder fazer um bom Censo, mas me parece que o IBGE não deu importância nenhuma para esse importante fato.

Momento em que o País poderia levantar, ao que parece, nós temos um avanço, mas se olharmos com uma ótica pelo lado da perfeição do que vai acontecer no País, nós estamos caminhando para uma desvalorização do homem. O desemprego, a fome, o despreparo, o analfabeto que aumenta no dia a dia, enquanto num momento desse, o Governo Federal poderia extrair aí os fracassos e então fazer em dez anos uma avaliação profunda, convidando a sociedade brasileira para que possamos fazer um Brasil melhor.

E Vossa Excelência nos está reavaliando no seu depoimento, e nós temos conhecimento dessas informações também. Sabemos que a gente vê acontecendo esses momentos com muita tristeza. Uso da palavra nesse momento, para dizer a Vossa Excelência, estamos somados com Vossa Excelência, para não sermos culpados do Brasil; do Brasil que transforma o homem do campo abandonado cada vez mais, transferindo para a cidade e depois o empobrecimento dos pequenos municípios onde tem infra-estrutura e condição do povo viver bem, estão abandonando as casas, mudando para as cidades grandes, cavando na verdade um poço da sua própria vida, a profunda miséria que vem ocorrendo nesse País.

E lamentável e depois se vê denúncias profundas como fez o Deputado Alborghetti hoje, dizendo a grande verdade. E, quando vem o Ministro e diz também "que não temos condições de corrigir", praticamente está dizendo isso, de corrigir o povo brasileiro, mas não é verdade. E porque não se preocupa com a verdade, buscando... façamos um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Se não tem condições de rever, se não tem condições de arrumar, como lembrou bem aqui hoje o Deputado Alborghetti na tribuna desta Casa, na questão da corrupção, e agora na questão do Censo. Então o que é que nós

estamos fazendo? Nós estamos brincando? Estamos brincando com o povo, fazendo gozação com o povo, achando que as instituições são compostas de brinquedo e nós ficamos para lá e para cá? Não! Precisamos respeitar! E eu tenho certeza que, a partir de hoje a Assembleia Legislativa será o ponto de discussão da revisão do censo de 1990 que foi feito, na verdade em 1991.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 49/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 23 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão Plenária do dia 23 de março, em virtude de reuniões junto ao eleitorado de sua Região. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Quero fazer um apelo à Presidência da Mesa, que na verdade é o órgão principal desta Casa e responsável em zelar pelo cumprimento do Regimento Interno da Assembleia e retirar da Ordem do Dia o item I da Pauta, este Projeto deve estar arquivado claramente; e os expressos termos do Artigo 250 do Regimento Interno são claros, e todos os Projetos de autoria de Legislação anterior, em qualquer fase de tramitação deve ser arquivado.

E também, da mesma forma o item 11 da Pauta. Nós estamos vendo um novo Projeto também de criação de município, e pelo andar da carruagem, Senhor Presidente, daqui a pouco nós vamos ter mais municípios que habitantes no Estado do Paraná. Então acredito que a Assembleia deve adotar zelo nestas questões e retirar estes Projetos da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Esta Presidência, respondendo à Questão de

Ordem de Vossa Excelência, já estava levantada na semana passada quando este mesmo Projeto veio à discussão.

Este Projeto de criação de município de Quarto Centenário estava até hoje aguardando resultado de plebiscito.

Com o resultado do plebiscito apontado população, de interesse da criação do Município, evidentemente o Projeto veio para Ordem do Dia, razão pela qual está em 2.ª Votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 083/85, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria o Município de Quarto Centenário com sede a localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Goioerê e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao SUBSTITUTIVO GERAL - SUBEMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Parecer à Subemenda ao Projeto de Lei nº 83/85, face ao exposto na justificativa - somado de Parecer Favorável à Aprovação da presente Subemenda.

Sala das Comissões, em 19.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Subemenda Substitutiva de Plenário ao Projeto de Lei nº 083/85. Aprovado.

Em discussão e votação o substitutivo geral.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, independente de mérito da criação do Município nós queremos registrar o voto contrário da Bancada do PT, por ferir este Projeto claramente o Artigo 250 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência volta a informar que não feriu, em momento algum, o Regimento Interno, mas aceita os votos contrários da Bancada do PT e da Bancada Independente.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 084/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Jacutinga, desmembrado do município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, o Projeto, artigo por artigo. Emenda Aprovada.

O Projeto irá à 3.ª Discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO: nº 12230/91

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 084/91

SOMULA: Autoriza a realização de Plebiscito para criação do Município de Jacutinga, desmembrado de Ivaiporã.

AUTOR: Deputado Edson Silva Lino.

P A R E C E R:

O presente processo retorna as nossas mãos, para opinar sobre a emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, em que propõe modificar divisas do Distrito de Jacutinga, compatibilizando com a descrição do Projeto de Lei nº 402/91, anexado ao presente processo.

Ocorre que o Projeto de Lei foi feito anteriormente à vinda do documento do IBGE e que definiu as divisas corretas. O projeto de resolução, já aprovado nesta C.C.J., está em consonância com o documento emitido pelo IBGE.

Logo, ao nosso ver, é preciso promover correção do Projeto de Lei, ajustando-o ao Projeto de Resolução, e que traz as divisas corretas.

Assim, somos pela rejeição da emenda recomendando seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 282/91, que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas e dê outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 78, de 27.06.91).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 536/91, que isenta do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 27.11.91).

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

027/92, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita de Umbanda São Jorge, com sede e foro na cidade de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 034/92, de autoria do Deputado Dirceu S. Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 039/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Filhas de São Camilo, com sede e foro no Município de Matelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 046/92, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga- APAE, com sede e foro no município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 048/92, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes, no Município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 049/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 005/87, de autoria do Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos, que cria o município de Perobal, com área desmembrada do município de Umuarama, e divisas que especifica. COM PARECER da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 10, de 09.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 005/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, o Plano de Lei em tela visa criar o Município de Perobal, com área desmembrada do Município de Umuarama e di-

visas que especifica.

No plano legal o processado encontra-se de acordo com as condições exigidas para a criação de município, conforme determina a Lei Complementar nº 27/86 (Lei Orgânica dos Municípios), no seu artigo 6º, bem como os requisitos estabelecidos pela mesma.

Sob a forma de Substitutivo Geral, o Projeto de Lei em análise vem a receber desta Douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciando favorável, visto que atende às exigências da Legislação supracitada.

No plano constitucional a matéria vem a ser regulada pelo artigo 19, da Constituição Estadual, que assim determina.

"Artigo 19 - Lei Complementar Estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios".

Assim sendo, nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação por esta Casa, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Nestas condições, este é o nosso Parecer ao Projeto de Lei nº 005/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Não gostaríamos de saber também desse Projeto qual é a razão desse Projeto estar na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder, como tem tomado decisões da mesma maneira, como fez ao Projeto anterior.

Já é decisão da Mesa.

Está em discussão o Projeto.

Em discussão.

Em votação.

Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT e da Bancada Independente.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Ofício nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EMENDA MODIFICATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com PARECER FAVORÁVEL da C.F. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 002/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, ficam reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Fica incorporado nos níveis de vencimentos das Tabelas I e II do Anexo I, todo e qualquer percentual excedente a 50% (cinquenta por cento) percebido a título, e na forma, de gratificação prevista pelos Arts. 175 e 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e Art. 34, inciso IX, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - O disposto no presente artigo aplica-se para os fins do art. 6º da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984, relativos aos períodos completados até a vigência desta lei.

Art. 3º - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo Art. 260, da Lei nº 6174/70.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.01.92.
Tribunal de Justiça

ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, a vigor a partir de 1º de fevereiro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
01	498.001,93
02	468.119,56
03	438.241,72
04	408.359,07
05	378.484,63
06	365.808,12
07	340.410,75
08	247.568,48
09	224.355,15
10	201.152,20
11	177.931,57
12	154.725,62

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	555.731,51
II	522.811,81
III	489.041,28

TABELA III

CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	FEV/92 VALOR
1-C	169.992,51
2-C	156.996,58
3-C	144.924,62
4-C	133.863,71
5-C	125.831,89
6-C	118.281,97

TABELA IV

CARGOS DE DIREÇÃO
E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	391.489,15
DAS-2	358.618,97
DAS-3	330.555,50
DAS-4	292.390,43
DAS-5	263.414,75

TABELA V

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	15.894,59
2-F	13.492,92
3-F	11.898,24
4-F	9.550,70
5-F	8.720,41

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 002/92

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, e de conformidade com o Ofício nº 35/92, tem por finalidade alternar a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado do Paraná.

Tal medida tem como finalidade princi-

pa) a regularização de tabelas de vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário, em consequência da grande defasagem salarial.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrando qualquer impedimento, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, emite seu parecer favorável, opinando ainda pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

EMENDA MODIFICATIVA

CORRETIVA AO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 002/92

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, ficam reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei.

Nº 18/92

G.P.

D.E.F.

Curitiba, 17 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de propor a Vossa Excelência uma emenda modificativa corretiva ao anteprojeto de lei, encaminhado a essa augusta Casa Legislativa, através do Ofício nº 35/92, datado de 18 de janeiro transato, visando a exclusão da palavra efetivos, inserida por um lapso, no art. 1º do referido anteprojeto.

Na certeza de que a presente emenda merecerá de Vossa Excelência o devido exame e conseqüente aprovação, reitero-lhe a segurança do meu profundo respeito.

(a) LUIZ RENATO PEDROSC

Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 002/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 002/92, oriundo do Poder Judiciário, tem por finalidade a alteração, a partir de 1º de fevereiro do corrente, das tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e as funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada do Estado do Paraná.

Após analisar o referido projeto, a Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Atendida a modificação corretiva proposta pelo próprio Desembargador, Presi-

Curitiba, segunda, em 23.03.92

dente do Tribunal de Justiça, no âmbito desta Comissão, entendemos não haver nenhum impedimento para a sua normal tramitação por esta Casa. Dessa forma, opinamos pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 08/92, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. nº 05, de 20.02.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 021/92

P A R E C E R:

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conforme especifica.

O Poder Executivo solicita a esta Casa a necessária autorização para contratar operação de crédito no exterior, objetivando a alocação dos recursos necessários ao programa de saneamento ambiental básico de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, a ser implementado em conjunto com a SANEPAR, o COPEC e os Municípios a serem beneficiados.

Induvidosamente, o presente plano de lei é de alto interesse público, pois procura dar solução a um dos mais graves problemas que atinge a população da "Grande Curitiba".

Sob aspectos constitucional, legal e regimental o projeto é perfeito e por isso não deverá sofrer nenhuma restrição por parte desta douta Comissão.

Sendo assim, nosso parecer é favorável no sentido de que a proposição seja submetida à Soberana decisão do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 021/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 265, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 280 e 281, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tólio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 279, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 267, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 271, 272, 273, 274 e 275, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 210, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente de sessão anterior.- Retirado pelo autor.

Requerimento de nº 266, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de nº 276, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 277, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se

publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 263, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 282, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Erani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 264, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 252, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 253, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu recebi algumas informações que seriam objeto desse requerimento; nós vamos analisá-las e se elas contemplarem as nossas preocupações, nós iremos pedir a retirada do requerimento no contrário nós reapresentaremos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado o requerimento.

Requerimento de nº 232, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/85 e do Projeto de Resolução nº 084/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005/87, 002/92 e 021/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/92 e dos Projetos de Resolução nºs 042, 059 e 083/91; 002/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 1992.

**"Sindicato dos Jornalistas
condena ameaças".**

A Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas do Paraná expediram Nota Oficial conjunta, na sexta-feira, dia 20, condenando as ameaças anônimas sofridas pelo diretor de Redação do I&C, jornalista Aroldo Murá Gomes Haygert. As ameaças ocorreram na noite da quinta-feira, 19, através de dois telefonemas anônimos feitos à casa do jornalista, advertindo-o de que "sua vida pode valer nada, se continuar a atacar o governo, os irmãos do governador e os secretários".

A íntegra da Nota Oficial é a seguinte:

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e a Federação Nacional dos Jornalistas vêm a público manifestar sua total e irrestrita solidariedade ao companheiro Aroldo Murá Gomes Haygert, diretor de Redação do Jornal Indústria & Comércio, que na noite da última quinta-feira recebeu dois telefonemas em sua casa, com ameaças à sua vida.

Os jornalistas do Paraná, assim como de todo o Brasil, não aceitam e repudiam toda e qualquer tentativa de intimidação ou censura ao exercício profissional.

A liberdade de imprensa não é somente uma garantia da Constituição do País. Ela representa também a própria liberdade de manifestação e expressão de todo povo livre e democrático. Essa liberdade não pode ser coagida e ameaçada."

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 1992.

**"O Hospital de Clínicas de Curitiba
e seu Idealizador"**

Pio Taborda Veiga

"O Paraná tem sido o limbo para as obras de seus filhos que, muitas vezes, são condenados ao esquecimento, afirmava o culto e ilustre deputado Rafael Greca de Macedo, em julho de 1987, ao décimo ano da morte do professor Milton de Macedo Munhoz.

Ele citava Quixote, de Cervantes:

"La verdad, seja madre es la Historia, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertência de lo por vir ...

Finalmente, o deputado Rafael Greca de Macedo ressaltava e louvava o criterioso trabalho da Fundação Santos Lima pelo resgate da memória médica do Paraná, no lançamento do livro "Milton de Macedo Munhoz".

"como legítima homenagem do povo de sua terra ao primeiro Secretário de Estado da Saúde, ao cientista e professor e, sobretudo, ao paranaense notável que nos deixou".

* * *

Em 1935, o professor Milton de Macedo Munhoz foi eleito Secretário da Faculdade de Medicina do Paraná, cargo que exerceu com entusiasmo e tenacidade, tendo atuado decisivamente - como depõe o deputado Divonsir Borba Cortes, então Secretário da Câmara dos Deputados - para a federalização de nossa Universidade.

Em discurso pronunciado a propósito da ampliação do prédio da Universidade, o magnífico reitor prof. Victor do Amaral afirmou:

"A realização desta obra foi devida ao espírito empreendedor do professor Milton de Macedo Munhoz que, no cargo de Secretário da Faculdade de Medicina, posso considerar como o braço direito da minha administração".

Durante 10 anos, de 1935 a 1945, o professor foi o responsável por inúmeras e importantes realizações.

Dentre elas:

A construção do Pavilhão de aulas na Santa Casa de Misericórdia, que tornou mais eficiente o ensino das clínicas, a construção da ala esquerda do prédio da Universidade, a construção de três anfiteatros na Faculdade; a construção da ala sul da Maternidade, constituindo o Hospitalzinho de Crianças, a construção do Colégio Progresso, na Rua Cel. Dulcídio.

Todos os laboratórios da Faculdade foram melhorados ou ampliados.

Mereceram especial atenção o Departamento de Patologia e o Departamento de Histologia; o Anfiteatro de Anatomia Descritiva e de Técnica Operatória; o Dispensário Dentário e os Laboratórios de Parasitologia, de Química, de Física, de Fisiologia.

Mereceu, também, sua melhor atenção a Biblioteca da Faculdade de Medicina.

Naquela época, em nossos encontros diários na secretaria da Faculdade, o prof. Milton descrevia com riqueza de detalhes as fases de planejamento, construção, instalação e funcionamento do futuro Hospital de Clínicas, seu velho sonho - que deveria elevar, cada vez mais, o nível do ensino médico no Paraná.

* * *

Em 1946, o professor Milton Munhoz foi nomeado Dir. Geral da Saúde Pública do Paraná, por ato do Interventor Federal General Mário Gomes da Silva que, ao deixar a

Interventoria, em 3 de janeiro de 1947, assim se referiu ao Relatório do professor Milton Munhoz.

"Não escondo meu entusiasmo pela obra que V.Sa., e seus abnegados auxiliares vêm realizando no importante setor do serviço sanitário no Estado.

"O trabalho apresentado nos dá idéia daquilo que foi feito e aquilo que ainda existe por fazer nos anos vindouros".

E com a maior satisfação que apresento ao ilustre professor Milton Munhoz meus mais efusivos cumprimentos pela obra realizada em benefício da saúde de nossa população".

O Professor foi o único auxiliar do governo Mário Gomes da Silva que convidado pelo Governador Moysés Lupion - continuou no exercício do cargo e, a seu pedido, iniciou um trabalho complexo e por todos os motivos importantes, no sentido de transformar a Diretoria de Saúde em Secretaria de Estado.

Setembro de 1947

O casal Moysés (Hermínia) Lupion recebia para jantar, no Castelo do Batel, seu Secretário de Saúde, o prof. Milton e dona Ilka.

Maria Verena, eu e a filha mais velha de meus compadres - a Gil - éramos os outros comensais.

Em ambiente alegre e descontraído foram servidos filê de peixe à la meunière e peru à Califórnia, acompanhados de um branco do Reno e um tinto Dão, portugueses, para nenhum "gourmet" botar defeito...

O cafêzinho foi servido - para os homens - no Salão Verde.

E, como era de se esperar, o assunto foi a plataforma do governo Moysés Lupion, no setor da Saúde.

Em determinado instante veio à baila a construção de um grande hospital, em Curitiba, com a capacidade para 600 leitos, com um custo provável de 20 (vinte) milhões de cruzeiros.

* * *

Em outubro de 1947, o Prof. Milton Munhoz levou ao governador Moysés Lupion uma exposição de motivos na qual sugeria a construção de um Hospital de Clínicas, em terreno da Faculdade de Medicina e que deveria, quando concluído, ficar sob a direção clínica da Faculdade e a administrativa sob o controle do Estado do Paraná.

Era o velho sonho do professor que começava a se tornar realidade!

O Diário Oficial do Estado publicava o Ato nº 4.007/48, desapropriando uma área de 2.687 metros quadrados de um terreno de propriedade de Agostinho Leão Júnior, destinado à construção do hospital.

No início de 1949 foi lançada a "Pedra

Fundamental".

O professor discursou.

E, a pouco e pouco, o Hospital de Clínicas de Curitiba, começava a tomar forma.

Quando os tijolos já atingiam o último pavimento do prédio central, em 1950, as obras foram paralisadas, por motivos que aqui não vale relembrar.

Em outubro de 1953, por força da Lei n. 1.212/53, foi realizada a transferência do Hospital de Clínicas para a Reitoria da Universidade do Paraná.

Em maio de 1954 foi procedida uma revisão e atualização do projeto original, com a orientação de meu prezado amigo, o professor Odair Pedrosa, responsável pelos projetos do Hospital de Clínicas de São Paulo e da Santa Casa de Santos e que passou a exercer o cargo de Consultor Hospitalar da Universidade.

* * *

Em 1959, foi constituída uma Comissão de Equipamento do Hospital de Clínicas, sendo nomeado seu presidente o professor Milton de Macedo Munhoz; os demais membros da Comissão eram o dr. Ewaldo Nickel, o professor Eloi Vicente Bettega e o professor Haroldo Beltrão que, eventualmente, substituíam o professor Milton Munhoz e estava incumbido de realizar todas as ligações com o professor Odair Pedrosa.

Foram mais de 42.000 metros quadrados de área construída que necessitavam - de acordo com o testemunho do professor Eloi Bettega - desde o revestimento de calçada até o pessoal qualificado.

Mais ainda, instalações mobiliários fixos, centros cirúrgico e obstétrico, laboratórios, cozinha, lavanderia, farmácia industrial, matérias permanentes e de consumo, afora evidentemente, adequação de regulamentos, organogramas, normas e rotinas de serviço, impressores, contabilidade de custos, etc.

A verba não era pequena, entretanto, tornava-se sabidamente insuficiente para fazer face ao global.

Convém registrar ainda - como assegura o professor Bettega que pela argúcia do professor Milton Munhoz o Hospital de Clínicas veio a se tornar o "pioneiro de importação direta", no Paraná.

Todo o material de equipamento, sem similar nacional, entrou no Hospital de Clínicas pela modalidade de importação sem intermediário, com resultados altamente auspiciosos.

E, ainda, o professor Bettega que salienta:

"O professor Milton Munhoz despachava diretamente com o Reitor, levava, em mãos, a pasta de processos, instruídos por pareceres técnicos e, para glória de toda a

equipe, nenhum processo voltou para maiores elucidações".

Durante todo esse período, por iniciativa do professor Milton, foi feita a seleção e envio de servidores locais para serem treinados no Curso de Administração Hospitalar da Faculdade de Higiene de São Paulo.

Foram selecionadas três enfermeiras, vários nutricionistas e assistentes sociais, um médico e diversos agentes administrativos.

Em 26 de março de 1960, foi inaugurado o Hospital de Clínicas de Curitiba, com a presença do ministro Clóvis Salgado, representante do Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, do governador Moysés Lupion, do general Benjamin R. Galhardo, Comandante da 5.ª Região Militar, de Dom Manoel Silveira D'Elbaux, arcebispo de Curitiba, general Iberê de Mattos, prefeito de Curitiba, Secretários de Estado, Corpo Consular, deputados federais e estaduais e o Reitor da Universidade do Brasil, o professor Pedro Calmo que assim se expressou:

"O dia 26 de março de 1960 passou a ser uma data histórica. O Hospital de Clínicas, é uma espécie de torre do saber humanitário, elevado sobre luminosos horizontes dos mais belos campos do mundo - os campos verdes de Curitiba, coroados de pinheiros vestidos de sol".

Em cimento e aço, sobranceiro, ali no Alto a Glória, o majestoso Hospital de Clínicas de Curitiba - sonho por tantos anos acalentado e hoje transformado em formidável realidade - lembrará "in aeternum" seu idealizador e maior respon-

sável, o professor Milton de Macedo Munhoz.

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indiciação do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão